



CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LAIANE CAROLINA ALVES MACHADO

**EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM DIREITO E UMA NECESSIDADE**

Apucarana
2021

LAIANE CAROLINA ALVES MACHADO

**EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM DIREITO E UMA NECESSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Mestre Gabriela da Silva Sacchelli.

Apucarana
2021

LAIANE CAROLINA ALVES MACHADO

**EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM DIREITO E UMA NECESSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, com nota final igual a _____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a
Faculdade de Apucarana

Prof.^a
Faculdade de Apucarana

Prof.^a
Faculdade de Apucarana

Apucarana, ____ de _____ de 2021.

MACHADO, Laiane Carolina Alves. **EJA – Educação de jovens e adultos: um direito e uma necessidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Pedagogia. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2021.

RESUMO

Este trabalho visa apoiar a educação de jovens e adultos, realizado em ações e estratégias desenvolvidas para os cuidados dos processos escolares, analisando os objetivos e qualidades de ensino no Brasil para pessoas que não possuem idade escolar e oportunidades. O mesmo foi desenvolvido através de pesquisa documental, sendo uma pesquisa científica qualitativa, aplicada quando é necessário coletar dados nas áreas de ciências sociais e humanas, também podendo ser utilizada para capturar informações quantitativas da realidade, dependendo do objetivo da pesquisa. A pesquisa bibliográfica é também pesquisar relatos, fatos e estatísticas do tema, procurar a fundo os relatos de crianças, médicos, professores, saber suas histórias. Esta feita por meio de documentos. Procurando em sites responsáveis da internet, vemos que a educação é vital para o desenvolvimento do processo de transformações sociais globais, devendo fazer parte de uma série de atividades e ações educacionais em todo o mundo. Por meio desses documentos, reuni meus argumentos e razões para a importância da educação nessa jornada. Podendo assim ajudar os que precisam: os jovens e adultos. A EJA de Apucarana tem como intuito proporcionar uma modalidade de ensino capaz de atender aprendizes que na maioria das vezes se sentem excluídos na sociedade e que por motivo qualquer não conseguiram concluir seus estudos. O objetivo desta pesquisa foi compreender a EJA, e verificar a importância das políticas públicas de educação para garantir que jovens e adultos estudem e assim garantir o acesso a permanência, levando em consideração que a EJA atende muitos jovens que não trabalham, porém, a maioria são trabalhadores já tendo uma grande carga de experiências de vida que precisam ser consideradas.

Palavras-chave: Educação. Jovens. Adultos. Professores.

MACHADO, Laiane Carolina Alves. **EJA – Youth and adult education: a right and a necessity**. Course Conclusion Paper (Monograph). Graduation in Pedagogy. Faculty of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2021.

ABSTRACT

This work aims to support the education of young people and adults, carried out in actions and strategies developed for the care of school processes, analyzing the objectives and qualities of teaching in Brazil for people who are not of school age and opportunities. It was developed through documentary research, being a qualitative scientific research, when it is necessary to collect data in the areas of social sciences and humanities, and can also be used to capture quantitative information of reality, depending on the objective of the research. Documentary research is also about researching reports, facts and statistics on the topic, searching in depth the reports of children, doctors, teachers, knowing their stories. This is done through documents. Looking at responsible internet sites, we see that education is vital for the development of the process of global social transformations, and should be part of a series of educational activities and actions worldwide. Through these documents, gathered my arguments and reasons for the importance of education on this journey. Thus being able to help those in need: young people and adults. The EJA of Apucarana aims to provide a teaching modality capable of serving apprentices who most often feel excluded from society and who for whatever reason were unable to complete their studies. The objective of this research was to understand EJA, and to verify the importance of public education policies to ensure that young people and adults study and thus guarantee access to permanence, taking into account that EJA serves many young people who do not work, although most are workers already having a large load of life experiences that need to be considered.

Keywords: Education. Youth. Adults. Teachers.

LISTA DE SIGLAS

CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CES	Centros de Estudos Supletivos
CEAD	Centro de Educação Aberta Continuada a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adulto
FAP	Faculdade de Apucarana
FUNDEB	Fundo de Manutenção da Educação Básica
FUNFEF	Fundo antecessor ao FUNDEB
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NRE	Núcleo Regional de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
TCTs	Termos de Cooperação Técnica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – CEEBJA Apucarana	9
Figura 2 – Exame da Educação de Jovens e Adultos	10

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 A Implementação da EJA no Brasil	9
2.2 Jovens e suas trajetórias escolares	14
2.3 As Políticas Públicas sobre a EJA.....	16
2.4 Educação em direitos humanos para a EJA.....	18
3 OBJETIVOS.....	23
3.1 Objetivo Geral	23
3.2 Objetivos específicos	23
4 METODOLOGIA	24
5 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como intuito apoiar a educação de jovens e adultos, realizado em ações e estratégias desenvolvidas para os cuidados dos processos escolares. Entende-se que as ações desenvolvidas no setor educacional durante o período tiveram suas próprias características, com objetivos definidos e consistentes com os princípios ideológicos políticos que surgiram e tratados com políticas educacionais implementadas a nível nacional.

Neste texto, organizamos uma discussão sobre a importância da EJA (Educação de Jovens e Adultos), destacando as funções assumidas ao longo da história, em um segundo ponto foi analisado os locais envolvidos sendo a Cidade de Apucarana, o Estado do Paraná e também o Brasil, a EJA assume seus próprios e diferentes procedimentos e propostas pedagógicas que devem melhorar as experiências e conhecimentos adquiridos.

Os altos índices de analfabetismo são encontrados em pessoas que passam por diversas dificuldades, diante disso todos acabam sendo influenciados nas suas situações de aprendizagem, por isso acabam sendo excluídos pela sociedade. No entanto, a educação de jovens é destinada a todos aqueles que querem aprender e ter um futuro melhor ou também não conseguiram frequentar a escola, não importando a classe social, etnia e idade, todos tem direito a educação.

Com a implementação da EJA no Brasil podemos refletir sobre o público e o método de ensino, precisamos entender sua função e finalidade específica, buscar aproximar o princípio da escola popular e democrática que integra a educação de jovens e adultos. São descritos como comportamentos políticos e intelectuais nos quais a realidade do sujeito inserido deve ser lidada para que possam aproveitar as habilidades de leitura de palavras escritas que permeiam todo o campo do letramento e da participação na sociedade.

A trajetória dos jovens foi um dos aspectos enfatizados pela educação de jovens e adultos, é criar condições para reconhecer a história do mesmo nesta modalidade de ensino e considerar sua experiência de formação. No âmbito das políticas públicas, se destaca a proteção ao direito a educação de jovens e adultos previsto na Constituição Federal Brasileira (1988). As necessidades de conhecimento da EJA para jovens e adultos estão relacionadas a compreensão de si mesmos e a formação

dessas temáticas nas relações sociais, portanto, envolve uma trajetória muito específica de uma experiência.

É de suma importância discutir as políticas públicas da educação de jovens e adultos delineando algumas dessas políticas que se consideram mais relevantes. Em primeiro lugar, é importante conhecer o indivíduo em questão, para poder viajar pelo seu universo. Nessa perspectiva que se procura um contexto explicativo e as intenções implícitas contidas no texto. Podemos observar a atuação dos movimentos sociais e de massa na experiência educacional, o que também evidencia a existência dos meios acadêmicos. Essas iniciativas são caracterizadas por uma densidade populacional, possibilidades, necessidades sobrepostas e o processo de alfabetização e escolarização ainda não foram concluídos.

O Plano Nacional de Educação é um dos meios importantes para a efetivação dos direitos humanos, pois é uma ferramenta imprescindível para o fortalecimento de alunos carentes em determinados momentos de suas vidas. Nesse sentido, a EJA pode permitir que esses alunos aprendam mais sobre sua participação na criação do conhecimento e sua capacidade chave para conceituar e reconceituar experiências da vida real. Como política pública e direito social, a educação de jovens e adultos ainda precisa enfrentar grandes desafios.

Desta forma, apresento uma breve trajetória sobre a Educação de Jovens e Adultos a partir do ano de 1961, período em que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) foi criada, abordando também questões sobre o Brasil Alfabetizado, o Plano Nacional de Educação, entre outras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Implementação da EJA no Brasil

Aprender a ler e a escrever é algo que nos possibilita ir além do esperado, é um direito básico do ser humano onde a privação desse e outros tem impacto na persistência da pobreza, no entanto vivemos em um mundo onde o básico se torna uma porta para diversas oportunidades, além de nos propiciar um futuro melhor.

No ano de 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sendo modificada em 1971, porém, a mesma se fortaleceu em meados de 1996, se tornou uma autonomia das instituições escolares para criar um projeto pedagógico com o intuito de uma melhor qualidade de ensino. Esta também alterou a idade mínima para a realização de exames supletivos, sendo que com 15 anos iniciavam no ensino fundamental, e com 18 anos para o ensino médio.

A EJA de Apucarana tem como intuito proporcionar uma modalidade de ensino capaz de atender aprendizes que na maioria das vezes se sentem excluídos na sociedade e que por motivo qualquer não conseguiram concluir seus estudos. Cada vez mais o intuito tem sido buscar ajuda das prefeituras municipais para que possam ser ofertadas a escolarização, pois o número de jovens, adultos e idosos que desistem dos estudos está cada vez maior.

“O Estado do Paraná criou instituições de ensino para jovens e adultos no ano de 1988, as mesmas eram denominadas como CES (Centros de Estudos Supletivos), sendo reconhecida em 17/02/1997 e renomeada como CEAD (Centro de Educação Aberta Continuada a Distância), se tratando de uma Escola Pública mantida pelo Governo do Paraná. Em 1998 a mesma passou a executar os exames de suplência, sendo autorizada pela Secretaria de Educação com um edital próprio emitido pelo Departamento de Educação e Trabalho”. (MIYADI, 2010).

O Centro de Educação para Jovens e Adultos de Apucarana foi fundado pela professora Linda Eiko A. Miyadi em 1996, tendo como primeira diretora a professora Maria Onide B. Sardinha, as atividades se iniciaram em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Apucarana no centro da cidade em uma localização privilegiada com cerca de 250 alunos, no final do primeiro ano de funcionamento a escola já obtinha 2.500 alunos, como havia uma grande demanda por escolarização dos jovens e adultos em julho de 1997 houve a necessidade de um espaço maior para

atender 11 municípios da jurisdição do NRE (Núcleo Regional de Educação) de Apucarana. (MIYADI, 2010).

Figura 1 - CEEBJA Apucarana



Fonte: Google Maps (2014)

Na figura 1, podemos observar que há uma grande quantidade de alunos em sala, e que estão debatendo um assunto de suma importância com o professor.

Assim a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1991) apresentava dados que indicavam 19.233.239 de analfabetos absolutos, ou seja, 20% da população total com 15 anos ou mais. Essa estatística poderia ser mais agravante se considerasse o contingente de analfabetos funcionais ou com escolaridade inferior a quatro anos de estudos (IBGE, 1991). (SILVA, 2012, p. 6).

Em 15 de dezembro de 1999 foi determinado pela resolução 4561/99 que o Centro de Educação a Distância (CEAD) fosse denominado por Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), onde foram firmados também os Termos de Cooperação Técnica (TCTs), que são os convênios entre a Secretaria da Educação com o CEEBJA e com empresas, entidades públicas e privadas que desejassem escolarizar seus funcionários. Assim sendo, a Lei de Diretrizes e Bases redefiniu o ensino supletivo para que se tornasse uma modalidade de educação básica para os jovens e adultos em modo presencial, podendo funcionar em diversos locais com o ensino EJA.

Desde a época em que foram criados os cursos do CEEBJA até o ano de 2001, algumas escolas não estipulavam horários para os alunos, as matrículas podiam ser realizadas em qualquer época do ano e os alunos eram obrigados apenas a realizar as provas na instituição, caso o aluno precisasse tirar alguma dúvida bastava ir até a escola que o professor tirava as dúvidas individualmente, as únicas exigências eram de que os alunos tivessem de 18 a 21 anos, conforme a Lei 9394/96 os jovens com 15 anos poderiam se matricular para a educação de ensino fundamental, e com 18 no ensino médio. (MIYADI, 2010).

A partir do ano de 2002 o método online se iniciou para aqueles que trabalhavam a noite ou caminhoneiros, os exames eram realizados em datas especiais.

Figura 2 - Exame da Educação de Jovens e Adultos



Fonte: Secretaria da Educação e do Esporte (2013).

Conforme a figura 2, podemos observar que os alunos estão concentrados na atividade em que foi dada em sala de aula.

No mesmo ano, a EJA recebeu um grande destaque das Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, pois o conselho nacional havia superado o preconceito que tinha com o analfabeto e iletrado, serviam apenas para fazer tarefas que pessoas qualificadas não faziam no mundo do trabalho. Passaram a valorizar os educandos, respeitando a faixa etária e dispuseram de tratamento presencial para a modalidade de ensino.

Em 2003 o Ministério da Educação (MEC) realizou o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, sendo este programa uma porta de acesso à cidadania e a elevação da escolaridade. Seu objetivo era promover a superação do analfabetismo entre jovens e adultos com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização de ensino fundamental no Brasil.

“Até o ano de 2005 os cursos da EJA no estado do Paraná se tornaram presenciais e semipresenciais, dessa forma o CEEBJA comandado pela professora Linda Eiko Akadi Miyadi para a escolarização do ensino fundamental e médio tornou 70% das aulas presenciais e 30% semipresenciais e em 2006 cessaram para que as aulas fossem 100% presenciais. No mesmo ano o estado apresentou propostas para que houvesse permanência e sucesso na modalidade”. (MIYADI, 2017).

O trabalho pedagógico do CEEBJA de Apucarana é pautado pelos três eixos das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná para Educação de Jovens e Adultos, cultura, trabalho e tempos articulados para atender a grande diversidade do perfil do educando que procura a Instituição. (MIYADI, 2017, p. 7).

Diversos educandos foram transferidos do CEEBJA para outras escolas regulares que passaram a exercer essa metodologia no ano de 2009, pois havia acontecido uma grande dissociação da EJA no estado do Paraná. No governo de Carlos Alberto Richa foi feito um plano para o fortalecimento da educação de jovens e adultos para que não houvessem desistências mais sim condizendo com a real necessidade de cada um. Com esse projeto, três palavras eram importantes para todas as ações pedagógicas, sendo elas: cultura, trabalho e tempo, voltados para pessoas que tinham a necessidade de trabalhar, mas que em contrapartida também queriam ir a busca de um futuro melhor. Mas também é necessário reconhecer que muitas dessas pessoas não tem apoio de suas famílias por achar que voltar estudar é perda de tempo.

Devemos dizer que conhecemos a real situação de diversas pessoas que nunca frequentaram a escola, que nunca puderam ler e escrever, da mesma forma que já conhecemos pessoas que ao escrever seu nome pela primeira vez ficaram imensamente felizes, algo que parece pouco para muitos, mais que é grandioso para aqueles que se sentiam excluídos, o ato de poder aprender querendo ou não pode

salvar muitas pessoas. A educação das pessoas é essencial para o desenvolvimento de um país, sendo importante destacar que:

O CEEBJA de Apucarana evidencia a todos os alunos que procuram a Instituição que eles serão escolarizados por uma modalidade de educação que respeita as necessidades individuais, formas de ofertas de escolarização segundo suas especificidades. (MIYADI, 2017, p. 22).

Em vista disso, o CEEBJA de Apucarana incluiu mais de 120 jovens do programa Bolsa Família, jovens que são encontrados em uma situação muito difícil, que estão longe do convívio familiar por diversos motivos e que sofrem variados tipos de abuso, sendo pessoas sobreviventes de uma vida ruim. Para que não haja o descostume dos jovens, o CEEBJA considera muito o Combate ao Abandono Escolar, um programa destinado aqueles que por algum motivo tiveram que abandonar seus estudos, um programa que visa o controle das faltas injustificadas e que também exige um planejamento.

A LDB 9394/96 proporciona a educação para pessoas especiais, sendo necessário modificar os conceitos de ensino tradicional, reconhecendo que as condições para a realização do direito a educação atendem aos seguintes padrões: estabelecer uma educação escolar que não considera a particularidade dos alunos membro do processo educacional. Como resultado, a adequação jurídica da convenção concedeu um plano de ação específico para garantir que as pessoas com deficiência tenham pleno acesso à educação em conformidade de condições com outras pessoas.

“De acordo com a regulamentação educacional da Lei 9394/96 é necessário ser revisto as concepções tradicionais de ensino e aprendizagem, que consideram a efetivação dos padrões de ensino estabelecidos como condição do direito a educação, ignorando a particularidade dos alunos no processo de formação”. (MIYADI, 2010).

Portanto, o princípio básico do CEEBJA é atender os educandos com necessidades especiais, deficiência intelectual, visual, motora, surdos, devem estar sempre incentivando, tendo uma boa comunicação e sempre os apoiando para que haja mudanças necessárias dentro da sala de aula, sendo que os professores enfrentam um grande desafio com a inclusão e concluem que esse desempenho pode mudar a vida escolar e a relação com os demais da escola. Enquanto houver recursos

a partir das políticas públicas para manter e melhorar a qualidade de ensino na escola o estado irá se comprometer em continuar atendendo a população.

2.2 Jovens e suas trajetórias escolares

Segundo o Guia Curricular da Educação de Jovens e Adultos do Paraná, errar pode nortear a prática, sendo assim o método utilizado permite com que percebam esse erro e desde então, não utilizem mais as formas de aprovação e reprovação. No entanto, o sucesso desencadeia ações do aluno promovendo o conhecimento adequado.

O objetivo da educação de jovens e adultos é fornecer benefícios para que os educandos possam se tornar mais ativos, criativos, agir com responsabilidade e que também possam aprender a trabalhar em equipe, tendo cada um o seu tempo de aprendizagem, portanto a EJA deve trabalhar e apresentar diversas maneiras para que o futuro esteja assegurado e possam se tornar pessoas cada vez melhores. De acordo com Freire:

O uso do alfabeto móvel e do quadro também constitui uma excelente dica para a formação de novas palavras. Nesse processo de construção de novas palavras, a leitura e a escrita devem acontecer simultaneamente para que o aluno possa perceber a relação oral dos 3597 valores das vogais e das consoantes nos fonemas e, assim, fazer o reconhecimento sonoro das letras e das sílabas, no aprendizado da leitura e da escrita. (FREIRE,2011, p.9).

O índice de conclusão dos alunos é elevado, os resultados desse processo se refletem no CEEBJA e nos exames complementares. Entre eles estão o andamento para conclusão de estudos, os conteúdos reduzidos e também questionar o método avaliativo, diversas formas para facilitar que o aluno possa frequentar o mercado de trabalho ou para aqueles que já frequentam estar em um cargo com mais qualificação. Mas, todo o processo realizado pela EJA para o educando, ou a correção da faixa etária não condiz em acelerar a certificação dos alunos e sim para a diminuição de gastos.

A união entre mercado de trabalho e educação está repleta de coincidências ideológicas que foram solucionadas necessariamente entre o final do século XX e início do século XXI, pois o aumento nas áreas de trabalho exigem pessoas com mais conhecimento e disposição, esse discurso contribuiu para que diversas pessoas buscassem abrir novas portas de um emprego, mas em primeiro lugar teria que ir a

busca do diploma de educação básica, em seguida educação superior entre cursos profissionalizantes, enfim, tudo aquilo que pudesse comprovar que estaria apto para a vaga de emprego.

Segundo um levantamento do IBGE, em 2016 e 2018, o Paraná tinha um índice de analfabetismo muito alto, com 450 mil pessoas entre as quais os jovens com mais de 15 anos e mulheres foram as mais atingidas, totalizando 200 mil iletrados no estado. Diversas escolas são disponibilizadas para quem pretende concluir o ensino fundamental e médio.

Sobre as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos são ofertados alguns métodos para a modalidade de ensino nas quais são consideradas os perfis dos estudantes, faixas etárias, o financiamento nas diretrizes curriculares nacionais e proposta de modelo de ensino próprio.

A educação de jovens e adultos está dividida em três níveis sendo: a função reparadora, não significando apenas a entrada no circuito dos direitos civis, mas restauração dos direitos que foram privados, o direito a uma escola de qualidade, mas também reconhecer a igualdade de todos. Esta se desenvolveu no ano de 1990, não somente com o surgimento de políticas compensatórias para debelar o analfabetismo por meio de reformas da educação, mas também devido a organização de conferências e congresso. Por meio das funções o reparo é democraticamente inserir essas pessoas na vida social, restaurar o direito de se relacionar um com o outro, uma condição que foi tomada, mas isso pode fazer o trabalho do mercado, que poderia reduzir a desigualdade social.

Já a função equalizadora abrangerá trabalhadores e muitas outras classes sociais, como donas de casa, aposentados e presidiários. O retorno ao sistema educacional de pessoas que foram interrompidas por repetição ou evasão, ou ainda a oportunidades de longo prazo ou outras desvantagens devem ser tomadas como medida corretiva (ainda que tardia) à antiga estrutura, permitindo indivíduos a viver novamente. Inserir o mundo do trabalho na vida social, espaço estético e nos canais de participação.

Qualificadora não é apenas uma função, mas também o seu significado se baseia nas características incompletas das pessoas e seu potencial de desenvolvimento e enriquecimento em ambientes escolares ou não escolares, podendo ser atualizados. Pode ser percebida no fortalecimento do conhecimento, da cultura, da troca de experiências e da atualização contínua de competências e

habilidades ao longo da vida. Cada sistema de ensino condiz com a duração do curso, respeitando às Diretrizes Curriculares Nacionais, a identidade dessa formação e o sistema de colaboração entre os entes federativos.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) a Constituição Federal (1988) faz da integração das ações governamentais para a erradicação do analfabetismo uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que exige a movimentação de recursos financeiros através do governo e sociedade. Por muitos anos a taxa insuficiente de matrículas na educação básica fez que muitos Jovens e Adultos não conseguissem obter a educação básica obrigatória ou também que não concluíssem a educação básica.

Em 1980 os professores da EJA começaram a exercer suas atividades da educação básica, na época eram ofertados os ensinamentos do Mobral e dos cursos de educação complementar sendo restrita para os professores onde os primeiros professores eram recrutados, já num segundo momento era feito por contrato temporário.

Os adultos deixaram marcas muito importantes na imaginação das pessoas, mesmo hoje essas marcas ainda podem ser reconhecidas especialmente como Mobral ou Supletivo, quando um tratamento depreciativo é usado, e as pessoas que dizem não saber de nada.

Antes do Golpe de 1964, o Brasil viveu um processo intenso que demonstravam necessidades de mudanças no país. A partir dessa memória se pode pensar em outro conceito de educação de adultos, originado do movimento estudantil das décadas de 1950 e 1964, quase silencioso devido à interrupção da Ditadura de 21 anos no País.

Devemos enfatizar que o pensamento brasileiro sobre o aluno ou como deve ser educado se contradiz com a defesa central, pois a educação é um direito de todos, sendo evidente a todos aqueles que procuram ter mais conhecimento sobre a história da EJA no Brasil. Mesmo nos últimos anos o preconceito tem se tornado cada vez mais evidente entre os pobres, os negros, com aqueles que moram em periferias, por serem iletrados.

2.3 As políticas públicas sobre a EJA

Alguns conceitos se dispõem na EJA principalmente quando se tratam de políticas públicas. O primeiro conceito se trata da sociedade política e sociedade civil,

originalmente composta pelas instituições políticas e econômicas do país. Já a segunda inclui os partidos políticos, sindicatos, as igrejas, sistemas escolares, entre elas estão também os sistemas de comunicação ou o próprio ambiente multimídia virtual interativo.

Contudo a concepção do estado refletiu nas políticas que são implementadas para a EJA nos últimos 20 anos quando houve uma forte relação entre os cargos do governo que lideraram em várias manifestações da sociedade civil. Por isto, a política formulada se deve à capacidade de diálogo e também a capacidade de formação. Ressaltando que, no que diz respeito a EJA, muitos atuantes que defendem essa postura, junto à sociedade civil, ocuparam cargos nos governos municipais, estaduais nos últimos 20 anos, onde tiveram a oportunidade de buscar diversas situações e desafios de um país onde as políticas são baseadas em negociações para a ampliação das relações com o estado.

A definição do termo política públicas é marcada por conflitos de interesses e disputa do poder, portanto é muito importante a escolha das pessoas dos assuntos que diz respeito à cidade. À medida que a história do Brasil avança, quando se trata de melhorias à participação das pessoas se torna fundamental. Em geral, o estado fez-se o autor imprescindível na concretização das políticas públicas. Diante dos fatos sociais ou da emergência dos movimentos de classe, pela sua importância política, econômica ou cultural, insistem em cooperar com o estado para a tomada de medidas pertinentes ao atendimento das necessidades propostas. Após vínculo entre a sociedade política e civil se estabeleceu, a Lei nº9.394 foi aprovada no ano de 1996.

Como a aprovação desta lei não representava, exatamente, o conceito de EJA defendido por parte da sociedade civil, em que a escolarização estivesse pautada na aprendizagem e no conhecimento numa perspectiva emancipatória dos trabalhadores, o que se podia esperar era uma reação destes segmentos. Isto ocorreu antes mesmo do veredito final no Senado, quando em setembro de 1996 o, já referido, Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal/RN, aprova o documento com o diagnóstico da EJA no Brasil na contramão do que desejava o MEC. (MACHADO, 2016, p.14).

Do fim de 1996 ao início de 2016 a EJA ocupou um lugar muito especial na agenda da política educacional brasileira, tentando se ajustar como uma política pública, algo que nunca foi visto como uma trajetória histórica. Para entender melhor o que aconteceu durante os 20 anos de adesão à EJA, vale considerar que o impacto

positivo dos primeiros 10 anos está relacionado às políticas implementadas para induzir os sistemas estaduais e municipais a investirem no modelo.

O aumento das matrículas nas fases iniciais do ensino fundamental está relacionado à ação de alfabetização e tal ação está relacionada à continuidade dos estudos, que se tornará a principal discussão do plano nacional de alfabetização naquele período: o Programa Solidário de Alfabetização e o Programa Brasil Alfabetizado. Esses números ainda estão aí, mas considerando esse aumento do número de matrículas nos últimos anos do ensino fundamental da EJA, vale a pena retornar a discussão sobre o impacto negativo da manutenção e do desenvolvimento da educação básica e do fundo de recompensa que vem sendo implantado.

Fernando Henrique Cardoso (1996) vetou a lei que institui o fundo, o número de inscrições no EJA e o mecanismo de compensação utilizado para repassar recursos aos estados e municípios para apoiar as inscrições na modalidade (Programa Recomeça e Programa Fazendo Escola).

Embora a transferência compensatória tenha estimulado em certa medida o sistema estadual e municipal a oferecer esse método, ela também revela o aspecto negativo da constituição da EJA como política pública nacional, depende quase inteiramente da solução financeira do Governo Federal.

Sobre o financiamento do programa, até 2007, a ideia de incorporar a EJA ao sistema público de ensino está errada, porque os recursos disponibilizados pelo Governo Federal são insuficientes para sustentar a demanda por efetiva contratação de educadores que apoiam a EJA, cursos de ensino fundamental e médio em todos os estados e municípios.

A partir do momento em que a FUNFEF (fundo antecessor ao FUNDEB) passa a ser substituída pela FUNDEB (Fundo de Manutenção da Educação Básica), a taxa de matrícula será considerada nessa nova estratégia de financiamento para a educação básica na qual tem um impacto sobre as taxas estaduais e municipais, sendo uma redução de três partes da EJA.

Conforme a Constituição de 1891, o FUNDEB foi o primeiro marco legal da República do Brasil, que incluiu o conceito de federalismo, no qual a responsabilidade pública para a educação básica era delegada às províncias e municípios. A união assumiu participação no ensino, a aliança mantém o papel para essas atividades.

2.4 Educação em direitos humanos para a EJA

Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos todos tem o direito à educação, devendo essa ser gratuita, pelo menos correspondendo à educação básica. A educação básica é obrigatória. A educação técnica e profissional deve ser generalizada, a oportunidade de educação superior deve ser aberta a todos em igualdade de condições e de acordo com seus próprios talentos.

A educação deve ter como objetivo a plena expansão da personalidade humana, fortalecendo os direitos humanos e as liberdades fundamentais, devendo promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos, desenvolvendo atividades das Nações Unidas, manter a paz. Os pais têm o direito de escolher o tipo de educação de seus filhos. Todos têm direito de receber educação, que os prepare para viver com dignidade, melhorando seus padrões de vida e beneficiando a sociedade.

Os direitos humanos sobre a educação parte de três pontos: o primeiro ponto é a educação permanente, contínua e global; o segundo enfrenta a mudança cultural, e o terceiro está na educação de valores para atingir os corações e mentes das pessoas, não apenas orientações, ou seja, não apenas uma difusão dos conhecimentos. A realidade do Brasil não deve ser um obstáculo ao nosso trabalho, pelo contrário, deve ser um impulso para buscar mudanças.

Além de instituições oficiais, redes públicas e privadas de ensino, movimentos sociais e organizações não governamentais em geral, já existem iniciativas de defesa dos direitos humanos, por exemplo, a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos começou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, especificamente para educação. Apoiar a educação significa formar uma cultura que respeite a dignidade humana, o que significa mudança cultural, que acontecerá no processo educacional. Isso significa que não estamos satisfeitos com os valores que sustentam a sociedade.

Os direitos humanos são vitais para todos, independentemente de gênero, nacionalidade, raça, cor, idade, nível socioeconômico, ocupação, saúde física e mental, opiniões políticas, crenças religiosas, nível de educação e julgamento moral. No processo de educação tenta-se explorar as razões e também as emoções, pois não somos apenas pessoas que pensam e raciocinam, mas que também choram e dão risada, com capacidade de amar e odiar, de indignação e gentileza.

Embora, seja a obrigação dos países, escolas e de cada um de nós promover os direitos humanos por meio da educação tenha sido definida internacionalmente há

50 anos, recentemente foi amplamente aceita. Entre várias razões, talvez nenhuma seja mais importante do que o fim da Guerra Fria (1991) torna o anúncio da Década dos Direitos Humanos as Nações Unidas mais realista do que nunca. Naquela época, a organização passou a intervir na disputa acirrada solicitando a inserção de conteúdos relacionados aos direitos humanos nos materiais utilizados na direção da educação e das salas de aula.

A educação em direitos humanos é uma necessidade para todos, mas dirigida principalmente a grupos excluídos, como grupos de educação de jovens e adultos a fim de proteger os direitos humanos. Em sua luta e vida cotidiana os direitos humanos são considerados um meio valioso para orientar uma vida digna. A educação é vital para o desenvolvimento do processo de transformação sociais globais, devendo fazer parte de uma série de atividades e ações educacionais em todo o mundo.

Desde 1990, a atenção das pessoas à educação tem sido muito alta, sendo um assunto de ampla discussão, principalmente quando a Lei de Diretrizes e Bases foi sancionada. Desde então, as diretrizes curriculares passaram a ser objeto de discussão, assim como as sugestões didáticas para os cursos oferecidos e no processo, são consideradas as particularidades dos alunos em cada curso e em cada etapa. Sendo que:

Na educação básica, observa-se que, além de discutir e aprovar as Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, os entes federados também desenvolveram discussões que, orientadas pelas diretrizes curriculares nacionais, proporcionaram especificidades ao desenvolvimento da educação básica em seus territórios. (CZERNISZ, 2015, p. 3).

Ao longo do processo de discussão, o cenário é utilizado como intermediário, caracterizado pela expansão da tecnologia, o desenvolvimento da indústria e as mudanças na organização e gestão do trabalho. Nesta década a educação partia de um movimento de defesa para todos, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (1990), era uma forma de reforçar a necessidade da educação para a cidadania e o desenvolvimento econômico dos países pobres. Nota-se o quanto a educação promove o desenvolvimento de políticas, sendo as reais necessidades de uma sociedade, não se limitam aos interesses do campo da educação, mas o mais importante, envolvendo requisitos sociais políticas e grupos de substituição de grupos envolvidos.

Deve-se notar que as conferências internacionais de prioridade aplaudiram a educação que aderiram aos interesses de diferentes países com objetivos que visam analfabetismo, diminuindo gradualmente, o número de jovens e adultos que não alfabetizados, de modo que a educação se tornasse prioridade. No processo de recomendação de políticas de educação para a EJA, a satisfação do conhecimento pode atender às necessidades do mundo do trabalho, quando se menciona que a transição do século de conhecimentos e habilidades se tornaram indispensáveis no mundo do trabalho e na vida dos indivíduos.

Ao regressar no nível educacional, o indivíduo pode recuperar sua posição no mercado de trabalho e na sociedade, portanto, de acordo com o documento os grupos desfavorecidos que enfrentam oportunidades escolares e persistência devem ter mais oportunidades do que outros. Ou seja, o foco da restauração da EJA está voltado para o indivíduo, a ideia de atribuir a função igual à EJA é que não existe classe social, mas existem indivíduos que podem ou não se integrar à sociedade.

Embora seja importante destacar que a ênfase no desenvolvimento da formação permanente e da qualificação profissional é um esforço que existe tanto nas legislações quanto nas iniciativas governamentais que orientam as ações nesse sentido, aqui se destaca que o direito à educação deve ser o lema básico. Implementar uma política voltada para o público da EJA, inclusive a intenção de limitar a mão de obra, a julgar pela revisão funcional da EJA, é óbvio que esse tipo de educação atende aos diversos interesses atuais da sociedade brasileira.

A Educação ao Longo de toda a vida é considerada “chave” para entrada no Século XXI. Observa-se, portanto, que a educação como direito vem sendo constantemente reforçada como forma de se obter a cidadania, de promover a justiça social, de possibilitar o acesso ao trabalho, e, também, de desenvolver a equidade. (CZERNISZ, 2015, p. 7).

Parece haver uma ênfase em fazer a educação não só orientada pelo Estado, mas também apoiada pelo poder público e instituições da sociedade civil. Verifica-se que a EJA deve ser promovida como uma política pública em forma de parceria, o que significa a descentralização das ações de responsabilidade do Estado, característica das políticas públicas no contexto atual. Em meados da década de 1990, quando a lógica da descentralização da ação estatal passou a se expressar, esse procedimento ficou mais evidente no Brasil. Todavia, o número total de alunos participantes do

ensino médio EJA diminuiu de 61.029 alunos em 2011 para 54.226 alunos em 2014, uma redução de 6.803 alunos.

A EJA na educação básica também diminuiu, em 2011 o total era de 80.498 alunos, em 2014 caiu para 74.855, uma redução de 5.643 alunos. Com a queda nas matrículas da EJA verifica-se que nas admissões municipais, a queda foi a maior. No entanto, o número de atendimentos privados de educação básica na EJA aumentou de 675 em 2011 para 1.358 em 2014. No banco de dados do censo escolar do (INEP) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o banco de dados deixará de cadastrar alunos na rede pública na forma de semipresencial nos anos de 2012, 2013 e 2014. A EJA também de acordo com os dados foi conduzida por uma rede privada em 2013 e 2014.

Mas também a queda do índice de analfabetismo no Paraná passou de 6,6% em 2007 para 5,3% em 2012, como meta do governador a educação é proposta na área de resultados com ênfase na educação básica, ensino médio e ensino superior. É importante verificar a redução das turmas, e a redução das matrículas, por isso nos permite medir o número de alunos que não estão nas aulas.

Considere obter uma educação pois o conteúdo especificado nas diretrizes do (PNE) Plano Nacional de Educação prevê condições para a universalização da educação básica. Embora nos últimos anos a Educação de Jovens e Adultos tenha se tornado um cenário educacional, a análise realizada mostra uma diminuição na oferta de aulas da EJA no estado do Paraná durante a gestão de Carlos Alberto Richa (2011), a política educacional tem dado um movimento na direção.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar os objetivos e qualidades de ensino no Brasil para pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade.

3.2 Objetivos Específicos

- Procurar entender a implementação da EJA no Brasil
- Conhecer as trajetórias escolares desses Jovens
- Também o objetivo de investigar as Políticas sobre a EJA
- Analisar a educação em direitos humanos para a EJA

4 METODOLOGIA

Desenvolvido por meio de pesquisa Bibliográfica, trata-se de uma pesquisa científica qualitativa, muito aplicada quando é necessário coletar dados nas áreas de ciências sociais e humanas. No entanto, também pode ser usado para capturar informações quantitativas da realidade, dependendo do objetivo da pesquisa. A pesquisa bibliográfica é também pesquisar relatos, fatos e estatísticas do tema, procurando a fundo os relatos de crianças, médicos, professores, saber suas histórias. A pesquisa documental é feita por meio de documentos.

Procurando em sites responsáveis da internet, vemos que a educação é vital para o desenvolvimento do processo de transformações sociais globais, devendo fazer parte de uma série de atividades e ações educacionais em todo o mundo. Por meio desses documentos, uni meus argumentos e razões para a importância da educação nessa jornada. Podendo assim ajudar os que precisam, os jovens e adultos.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi compreender melhor a EJA, e verificar a importância das políticas públicas de educação para garantir que jovens e adultos estudem e assim garantir o acesso a permanência, levando em considerações que a EJA atende muitos jovens que não trabalham, sendo a maioria de trabalhadores já tendo uma grande carga de experiências de vida que precisam ser consideradas.

Algumas sugestões que podem ajudar os alunos da EJA na vida escolar e de longo prazo são: fortalecer a gestão da segurança pública em sala de aula, proporcionar alimentação aos alunos, pois muitos que saem do trabalho vão direto à escola, garantir o acesso ao material didático, assistência estudantil, assistência médica, treinamento especializado para professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos e as dinâmicas na classe.

Por fim, acredita-se que este trabalho ajude a refletir melhor as dificuldades enfrentadas pela educação de jovens e adultos, para que os pesquisadores também possam pensar e repensar sua prática docente quando estiver trabalhando a área.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Unicef**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 10 de dez. de 1948.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: De que se trata?** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade De Educação da USP, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Educando jovens e adultos em direitos humanos: uma proposta de intervenção na escola pública**. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_4102.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas públicas para a educação de jovens e adultos**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

CLAUDE, Richard Pierre. **Direito à Educação e Educação para os direitos Humanos**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso - Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, 2005.

CORREIA, Jorge Luiz. **A Política Pública para a Educação de Jovens e Adultos no Paraná**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

COSTACURTA, Jaisson Rodrigo. **Educação em direitos humanos na EJA: incorporando a Educação em Direitos Humanos no Projeto Político Pedagógico da Escola**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no Paraná: Limites e Retrocessos**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015.

DREYER, Loiva. Alfabetização: O olhar de Paulo Freire. **Curitiba: X Congresso Nacional de Educação EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. 2011.

FONSECA, Paulo Roberto da. **A Formação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-formacao-educacao-jovens-adultos-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

Google Maps. **CEEBJA - Centro Estadual de Educação**. Captura da imagem: set. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0x94ec997adc6af29d%3A0x4ee066137996>

c0ab!3m1!7e115!4s%2Fmaps%2Fplace%2Fceebja%2Bapucarana%2F%40-23.5524632%2C-51.463582%2C3a%2C75y%2C172.11h%2C90t%2Fdata%3D*213m4*211e1*213m2*211sn1YdsfNw7uDaOln5qT-Ejg*212e0*214m2*213m1*211s0x94ec997adc6af29d%3A0x4ee066137996c0ab%3Fsa%3DX!5sceebja%20apucarana%20-%20Pesquisa%20Google!15sCglgAQ&imagekey=!1e!2sn1YdsfNw7uDaOln5qT-Ejg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjNhpqlhcfwAhWWILkGHbQ4AdUQpx8wCnoECCEQAw&cshid=1620922156257074. Acesso em: 12 mai. 2021.

LUCINDO, Nilzelene Imaculada. GONZAGA, Marcos. **Trajetórias escolares narradas por cinco alunos da educação de jovens e adultos concluintes do ensino médio.** Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/download/2116/9>. Acesso em: 15 set. 2019.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Retratos da Escola.** V. 10, n. 19, p. 429-451, 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/687/706>. Acesso em: 13 set. 2019.

MACHADO, Maria Margarida; ALVES, Mirian Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira. Construindo conhecimento em Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada á educação profissional – saberes coletivos de uma rede de pesquisadores. **Revista do Centro de Educação UFSM.** V. 33, n. 3. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/81>. Acesso em: 18 set. 2019.

MYIADI, Linda Eiko Akagi. **Identificação do Estabelecimento.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso - CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Apucarana - Ensino Fundamental e Médio. Apucarana, 2010.

MYIADI, Linda Eiko Akagi. **Projeto Político Pedagógico do CEEBJA Prof. Linda Eiko Akagi Myiadi.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professora Linda Eiko Akagi Miyadi. Fundamental/Médio. Apucarana, 2017.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos EJA na Visão de Paulo Freire.** Monografia de especialização em educação. Paranaíba-PR, 2013.

RPC Curitiba. Analfabetismo aumenta 13% em 2 anos no Paraná, diz IBGE. **G1.** Curitiba, 13 de set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/13/analfabetismo-aumenta-13percent-em-dois-anos-no-parana-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2019.

Secretaria de Educação e do Esporte. **71 mil farão exame da Educação de Jovens e Adultos.** 20 set. 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/71-mil-farao-exame-da-Educacao-de-Jovens-e-Adultos>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SILVA, Elenir Aparecida Costa. **O Projeto Político Pedagógico como articulador das ações da Educação de Jovens e Adultos no CEEBJA de Apucarana.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

TEIXEIRA, Célia Regina. **Sequências didáticas na educação de jovens e adultos.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

VASQUES, Cristiane Cordeiro. ANJOS, Maylta Brandão dos. SOUZA, Vera Lucia Gomes de. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em: 10 set. 2019.